

DIA MUNDIAL DO NÃO FUMADOR



Os filhos de fumadores têm maior propensão para fumar

Diário

O TABACO É O PRINCIPAL FATOR DE RISCO ASSOCIADO À MORTE EM PORTUGAL

O número de óbitos atribuíveis ao tabaco é superior a 12 mil por ano: representa uma em cada dez mortes. 92% destas mortes acontecem entre os 45 e os 64 anos.

Entre os fumadores, morrem cinco vezes mais homens do que mulheres, mas nas vítimas do fumo ambiental o número de mulheres a morrer é quase o dobro do de homens.

ENTRE OS HOMENS, O CONSUMO DE TABACO É RESPONSÁVEL PELA PERDA DE CERCA DE 13 ANOS DE VIDA SAUDÁVEL

Neoplasias, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias crónicas são as principais consequências.

A PREÇOS CONSTANTES, UM FUMADOR (1 MAÇO POR DIA) GASTA 1700 EUROS POR ANO, CERCA DE 50 MIL EUROS EM 30 ANOS DE VIDA A FUMAR

Cada cigarro custa em média 20 cêntimos.

OPINIÃO

Confissão de um dependente.

DN+PÁGS. 2A 5E EDITORIAL PÁG. 6

ESTREIAS

Um livro de Philip Roth, um filme de culto em Cannes e a vida de Iggy Pop no cinema.

ARTES PÁGS. 34 E 35

SOPHIE MARCEAU

A cara mais bonita de *Braveheart* e vilã em *007 - O Mundo não Chega* faz hoje 50 anos.

ARTES PÁG. 36



Educação Escolas com cursos profissionais sem dinheiro para pagar a fornecedores

PORTUGAL PÁG. 10

de Notícias

www.dn.pt

QUINTA-FEIRA, 17 de novembro de 2016, Ano 152.º, N.º 53 903, 1,20€
Diretor PAULO BALDAIA Diretor adjunto PAULO TAVARES Subdiretores JOANA PETIZ e LEONÍDIO PAULO FERREIRA Diretor de arte PEDRO FERNANDES



Guterres culpa "incapacidade" da Europa por rejeição a refugiados

MUNDO PÁG. 31

A Universidad Europea de Madrid distinguiu o secretário-geral da ONU com um doutoramento honoris causa

EPAL/J.BURLEN

Governo ainda negocia com PCP aumento extra das pensões mínimas

OE2017. Executivo quer evitar que PCP avance com proposta de subir dez euros em todas as reformas baixas, que poderia passar com apoio de PSD e CDS. Há cinco ou seis matérias que estão a ser negociadas com BE e PCP, mas o governo avisa que não tem grande margem orçamental. PORTUGAL PÁG. 12

Escolas sem verbas para pagar a fornecedores de cursos profissionais

Atrasos. Bloqueio do dinheiro do Programa Operacional Capital Humano **está a criar situação "dramática", alertam diretores das escolas públicas.** Privados garantem estar pior. Ministério diz que situação será regularizada em semanas

PEDRO SOUSA TAVARES

As escolas estão "a viver uma situação dramática" devido aos atrasos nas transferências das verbas do Programa Operacional Capital Humano para os cursos profissionais do secundário e de Educação e Formação (CEF) do ensino básico. O alerta é da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), que escreveu há dias uma carta ao ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, na qual dá conta da incapacidade dos estabelecimentos para pagarem aos fornecedores. As escolas profissionais privadas, também abrangidas pelas verbas, dizem estar ainda em pior situação. O ministério garante que o atraso "está a ser regularizado".

Ao DN, Filinto Lima, presidente da ANDAEP, descreve esta como "a principal preocupação" levantada por cerca de 400 diretores que participaram recentemente num encontro da associação, "acima mesmo dos problemas com a falta de assistentes operacionais". "Os diretores estão preocupados porque estamos a aproximar-nos do final do ano e temos de fechar as contas mas, sobretudo, pelos fornecedores, que neste momento estão, como se diz, 'a arder' com os valores em atraso há dois ou três meses."

Filinto Lima conta o caso da escola de um colega que "deve 1,1 mil euros a uma empresa de informática que faz a assistência ao curso". A falta de verbas afeta também "os pagamentos dos materiais", por exemplo dos "materiais usados num curso de restauro" e até "a uma transportadora que assegura as visitas de estudo".

"Já há dinheiro em dívida do ano passado", acrescenta o presidente da ANDAEP, que aponta o final do ano como o limite suportável e admite que, embora os fornecedores ainda não tenham interrompido os serviços, "existem alguns casos em que já foi dado esse alerta".

Numa situação "ainda pior" dizem estar os responsáveis das escolas profissionais privadas, cujos cursos são financiados na íntegra por estas verbas do POCH - Portugal 2020, cofinanciadas pelo Fundo Social Europeu. "O problema das escolas públicas não é como o



Neste ano há mais de 300 projetos de cursos profissionais do secundário (na imagem uma aula de um curso de cozinha) e do básico (CEF) financiados pelo POCH

nosso, porque o pessoal docente e não docente recebe no dia 26 de cada mês, com verbas do Orçamento do Estado", diz José Luís Pereira, presidente da Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO). "Podem não ter dinheiro para matérias-primas mas dois terços dos nossos encargos são com o pessoal. O nosso problema é o pessoal docente, não docente, pagamentos de subsídios aos alunos, fornecedores e impostos."

Um grupo de 24 deputados do PSD questionou ontem, por escrito, o Ministério da Educação, devido aos atrasos nos pagamentos a escolas do distrito de Castelo Branco. Uma das perguntas dos deputa-

dos era se o problema só ocorria naquela região ou se é geral.

Tudo indica que é generalizado. Mas os responsáveis ouvidos pelo DN também referem que estes atrasos não começaram com a atual tutela. "Já começaram há dois anos", diz José Luís Peixoto, que atribui boa parte dos problemas às "ferramentas informáticas do Portugal 2020, que não foram concebidas nem testadas a tempo" e bloqueiam os processos, "determinando o adiamento consecutivo dos prazos".

A ANESPO será recebida nesta tarde pelo ministro, com a esperança de que a questão fique definitivamente resolvida.

Ministério fala em "semanas"

Na resposta enviada ao DN, o Ministério da Educação garante que "o pagamento de adiantamentos aos cursos profissionais está a ser regularizado, prevendo-se que se cumpra nas próximas semanas".

Por "adiantamentos" leia-se as verbas destinadas a custear a ativi-

dade destes cursos ao longo do presente ano letivo, sendo o restante pagamento feito contra comprovação de despesas.

Ironicamente, neste ano, reconhecendo o "excepcional esforço suportado pelas entidades do sistema de educação e formação", a Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020 decidiu aumentar de 15% para 45% o adiantamento pago. No entanto, como frisa o presidente da ANESPO, "isso seria muito positivo se efetivamente houvesse um adiantamento. E não houve nenhum".

Na rede estatal, o POCH financia neste ano 321 projetos, divididos por escolas públicas, escolas profissionais públicas e pelo Turismo de Portugal, I.P, que tutela as escolas de hotelaria. No universo dos privados, são apoiados 175 projetos (balcão 2020), incluindo 150 escolas profissionais. O investimento total ainda não foi divulgado, mas é apontado como "o maior de sempre". No ano passado os valores excederam os 884 milhões.

O QUE DIZ A CARTA

SOBRE MUNICIPALIZAÇÃO

Os contratos intermunicipais de delegação de competências, assinados com 15 concelhos em fase-piloto, estão a gerar queixas de diretores segundo os quais há "ingerência" em matérias que as escolas consideram ser da sua competência, nomeadamente os 25% da carga curricular que pode ser definida livremente.

E CONTRATAÇÃO

Embora não neguem que a extinta Bolsa de Contratação de Escolas foi um pesadelo logístico, que resultou em inúmeros problemas e atrasos nas colocações, os diretores afiliados na ANDAEP defendem que as escolas, sobretudo as que têm estatuto TEIP ou contrato de autonomia, devem poder recrutar de forma autónoma parte dos seus docentes.

496

Projetos apoiados

Entre escolas públicas, escolas profissionais públicas, escolas tuteladas pelo Turismo de Portugal e estabelecimentos privados.